

As juventudes rurais nas políticas públicas e a interface com a agroecologia.

Rural youth in public and the interface with agroecology.

BARBOSA, Shirlene C. Alves¹; BENEVENUTO, Mônica Aparecida Del Rio.²

¹ IFMG, shirlene.barbosa@ifmg.edu.br; ² UFRRJ, monicadelrio@uol.com.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Juventudes e Agroecologia

Resumo: O trabalho visa refletir como as políticas públicas para as juventudes rurais foram abordadas pelos governos federais, onde esta categoria foi contemplada, ou não e o diálogo das políticas públicas com a Agroecologia. Traçamos um recorte entre 1995 a 2022, iniciando com os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Estabelecemos assim, o marco temporal que subsidia e norteia nossa análise. Os dados foram levantados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, onde foram analisados dentro da perspectiva interpretativa e qualitativa. Concluímos que a interface das políticas para as juventudes rurais com a agroecologia se dá no entendimento da ligação da agroecologia com as juventudes do campo, no campo e para o campo envolvendo diversidade cultural, ecológica, de produção, passando pela valorização dos conhecimentos tradicionais, onde a qualidade de vida e o bem viver são temas centrais.

Palavras-chave: agenda política; autonomia; ator político; jovens rurais; empoderamento.

Introdução

O Brasil tem suas raízes marcadas por uma sociedade patriarcal, onde as relações sociais se davam por meio da obediência. Percebemos que essas relações ainda estão presentes, especialmente nas relações familiares onde os membros da família são subservientes aos mandos e a autoridade do chefe da família. No caso, das juventudes rurais, de forma geral, são consideradas meros ajudantes na unidade de produção, evidenciando, com isso, a falta de autonomia e reforçando a invisibilidade que marca essa categoria social.

Associadas a isso, a falta de oportunidades de emprego e renda, a carência de alguns serviços sociais (educação, acesso às tecnologias da comunicação e informação, estradas, transportes entre outros), pode contribuir com a saída das juventudes para os centros urbanos. Outra questão está relacionada à sucessão na agricultura familiar face ao envelhecimento da população do meio rural, bem como as formas da transferência patrimonial às novas gerações. (STROPASSOLA, 2002; ABRAMOWAY, 1998; CASTRO, 2013). A saída dos (as) jovens do meio rural implica a desagregação do tecido social das comunidades rurais.

Metodologia

Este trabalho apresenta uma reflexão desenvolvida na pesquisa de doutoramento "Políticas públicas para as juventudes rurais: impactos na vida das juventudes do Rio de Janeiro", onde analisa como as juventudes rurais são contempladas ou não



nas políticas públicas e, ainda, como a agroecologia pode se aproximar das juventudes e desempenhar um papel relevante na definição de políticas públicas para esta categoria social. Para tanto, traçamos um recorte entre 1995 a 2022, refletindo sobre as políticas públicas nos seguintes governos: i) Fernando Henrique Cardoso (FHC); ii) Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef; iii) Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Estabelecemos assim, o marco temporal que subsidiou e norteou nossa análise e a problematização foi dada por meio do diálogo entre os autores.

Optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa, na qual temos um entendimento da realidade social como uma construção humana, onde o caráter qualitativo é dado pelo referencial teórico no qual a pesquisa se apoia (TRIVINÕS, 1987). Os dados foram levantados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, onde foram analisados dentro da perspectiva interpretativa e qualitativa proposta por Thiollent (2011), onde foram utilizadas as abordagens de juventudes defendidas por Abramo (2005); Castro (2013) e Bourdieu (1985), Novaes (2010).

Resultados e Discussão

Para iniciar nossa análise é necessário destacar três acontecimentos organizados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) que são de fundamental importância para mostrar a emergência das juventudes na agenda política. O primeiro foi em 1985 que foi considerado o "Ano Internacional da Juventude" e contribuiu com a entrada do tema da juventude na agenda política dos governos. O segundo, em 1991, quando aconteceu o primeiro "Fórum Mundial da Juventude" e possibilitou a ampliação da participação do (a) jovem na formulação de políticas públicas e , por fim, em 1995 a temática da juventude ganhou ainda mais força com a adoção do "Programa de Ação Mundial para os Jovens" (PMAJ), até o ano 2000, como uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude (PENTEADO e ALMEIDA, 2013). Estes acontecimentos coincidem com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002).

Durante os governos FHC foram criados 24 programas votados para as juventudes, com destaque para o Programa Comunidade Solidária (PCS), onde as juventudes aparecem de forma direta como foco de ação. Com relação à juventude rural, identificamos somente o Programa Alfabetização Solidária, criado, no âmbito do Comunidade Solidária, em janeiro de 1997, que objetivou reduzir os índices brasileiros de analfabetismo de pessoas com idade entre 15 a 19 anos, oriundas dos municípios mais pobres do país, concentrados na área rural das regiões Norte e Nordeste" (PERES, 2005).

Nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef (2002 – 2016), o debate sobre juventudes avançou, ganhou espaço na agenda política e reconhecimento social dentro da sua diversidade. As juventudes rurais aparecem, não de forma ampla, mas dentro da diversidade dessa categoria.

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pela institucionalidade das juventudes na agenda política por meio da construção da Política Nacional de Juventude. Já no segundo mandato, o governo incluiu a juventude como uma meta do Plano Plurianual 2008-2011, que é a Meta 14: Juventude, com foco no Programa



Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) — Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador (BRASIL, 2007) e as juventudes rurais são contempladas nesta meta. Isso mostra que a percepção e compreensão acerca dessa categoria social ganha um maior significado, aumentando também o número de ações voltadas para elas. No governo Dilma um momento importante para as juventudes rurais foi a realização do I Seminário Nacional "Juventude Rural e Políticas Públicas", realizado em 2012, que possibilitou um grande debate sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas e a proposta de novas ações demandadas por este grupo social, incluindo: as juventudes da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural e as juventudes dos povos e comunidades tradicionais entre elas a juventude quilombola, extrativista, ribeirinha, e, ainda, a juventude indígena (MENEZES, STROPASOLAS, BARCELLOS, 2014).

Neste mesmo período foi institucionalizada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. A PNAPO é resultado de um longo período de construção, mobilização, luta e articulação dos movimentos sociais e em seu art. 3º apresenta como diretriz a ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica. Para dar organicidade a PNAPO, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013 – 2015) buscou implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Assim, das 14 metas do PLANAPO, quatro são direcionadas para as juventudes rurais, totalizando 14 iniciativas relacionadas aos eixos produção e conhecimento.

Outro marco importante foi a aprovação da Lei nº 12.852 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Além dessas, outra iniciativa que merece atenção foi a criação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, institucionalizado por meio do Decreto nº 8.736 de 03 de março de 2016, fruto de uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo. Neste período a expressão juventudes como "sujeitos de direitos" ganharam força e o tema dos direitos nortearam o referido Estatuto e as juventudes rurais foram contempladas em seis dos 11 direitos nele apresentados (BRASIL, 2013), a saber: i) direito à educação; ii) direito à profissionalização; iii) ao trabalho e à renda; iv) direito à cultura; v) direito ao território e à mobilidade; vi) direito à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Uma demonstração de como as juventudes rurais estavam ganhando espaço nas agendas políticas durante este período foi a ação conjunta do MDA com a SNJ, por meio da chamada pública para formação agroecológica e cidadã de jovens agricultores familiares. Esta ação convergia no Programa de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica; o Plano Nacional de Agroecologia e o Estatuto da Juventude, principalmente o artigo 15 onde congrega todas as políticas da agricultura familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Entretanto, com o impedimento da presidente Dilma Roussef, a chamada foi publicada somente em 2017. A Universidade Federal Rural



do Rio de Janeiro (UFRRJ) foi contemplada nesta chamada pública, ficando responsável pela execução do "Projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro" iniciado em 2018 e finalizado em 2019. O projeto foi voltado para as juventudes rurais oriundas de comunidades e assentamentos rurais de duas regiões e dois territórios, envolvendo 15 municípios, totalizando 40 jovens rurais com idade entre 15 a 29 anos concluintes deste processo formativo. O projeto evidenciou que uma política pública com foco em processos formativos de construção do conhecimento dentro da perspectiva da Agroecologia contribui para aquisição de conhecimentos que se concretizaram em iniciativas viáveis e sustentáveis e, ainda, mostrou o potencial que as juventudes podem ter após um processo formativo dialógico e libertário, podendo contribuir com o empoderamento dessa categoria social e que sinalizar perspectivas para a construção de outras políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro o cenário muda completamente e temos o desmantelamento das políticas públicas, especialmente, as políticas sociais, nas quais as juventudes como um todo, bem como as juventudes rurais foram diretamente afetas. Logo no início do governo, Michel Temer publica a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por meio desta medida, as políticas públicas para o campo, em especial, para a agricultura familiar e para as juventudes rurais passam a ficar vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Social. Além do MDA, outros ministérios também são extintos, mostrando a volta de uma lógica conservadora de governar que fragiliza a nossa democracia.

O governo Bolsonaro, iniciado em 2019, deu continuidade ao desmantelamento das políticas públicas, com bandeiras neoliberais e de retirada de direitos. Tanto a retirada de direitos quanto a agenda conservadora afetaram principalmente os jovens e, dentre eles, os mais pobres, em especial os que pertencem a segmentos sociais específicos, como as mulheres, os negros e a população de LGBTQI+. Desde o início, Bolsonaro adotou posturas autoritárias e conservadoras na condução do governo. Além disso, também colocou pautas consideradas retrocesso aos direitos trabalhistas, os quais afetam as juventudes que ainda irão entrar no mercado de trabalho (PEREZ; LUZ, 2019). Identificamos, ainda, a extinção e ou o esvaziamento de políticas públicas voltadas para as juventudes como a incorporação da SNJ ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; a extinção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por meio do Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 e com o seu fim, as juventudes rurais ficam invisíveis aos olhos das políticas públicas, mostrando, com isso, mais uma vez um descaso e um descompromisso com a população do campo, das águas e das florestas, afetando diretamente as juventudes rurais.

Conclusões

Concluímos que nos governos FHC as definições e entendimentos sobre juventudes eram relacionadas às questões biológicas, físico/psicológicas, faixa etária e até mesmo como problemática, período preparatório. Nos governos Lula e Dilma, essas



definições vão diminuindo, abrindo espaço para compreensões mais amplas, dos jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, cidadãos e, com visibilidade social, ganhando espaço na formulação e implementação de políticas públicas. A Agroecologia através da sua abrangência e ampla diversidade de temas relacionados ao desenvolvimento rural se apresenta como uma possibilidade real de permanência das juventudes em seus territórios

Após as eleições de 2022, a perspectiva de uma retomada dos direitos e das políticas sociais, se faz presente nas diretrizes do governo Lula e Alckmin 2023 – 2026. Neste contexto, há o destaque para as juventudes, onde: "a juventude na sua pluralidade merece respeito, reconhecimento de seu protagonismo e demandas políticas transversais" e, ainda, um compromisso com a agricultura familiar: "por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, com a construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e consumo de alimentos saudáveis".

As iniciativas para as juventudes rurais requerem um olhar diferenciado para dar conta da sua complexidade e isso reverbera na construção e implementação das políticas públicas. A própria natureza da categoria atendida pela política pública se torna um desafio, pois estamos falando de uma juventude rural plural, diversa, com várias linguagens, identidades políticas e sociais.

Enfim, concluímos que a interface das políticas para as juventudes rurais com a agroecologia se dá no sentido de entender que a agroecologia está ligada com as juventudes do campo, no campo e para o campo envolvendo diversidade cultural, ecológica, de produção. Ela abrange uma diversidade ampla de temas relacionados ao desenvolvimento rural, que vão desde o acesso a recursos naturais, como água, terra e biodiversidade, passando pela valorização dos conhecimentos das comunidades, onde a qualidade de vida e o bem viver são temas centrais.

Referências bibliográficas

G
ABRAMOVAY, Ricardo (et al.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios . UNESCO. Brasília, 1998.
ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro . In FREITAS, Maria Virgínia (org). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.
BRASIL. Constituição Federal. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de Setembro de
2015. Brasília, 2015.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e
Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei. Brasília, 2007.
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Decreto nº
7.794, de 20 de agosto de 2012.
Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852 de agosto de 2013.
Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Decreto nº 8.736 de 03 de
março de 2016.
Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.
. Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.



Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil. Coligação Brasil da Esperança, Lula Alckmin 2023 – 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983, p. 112 – 121.

CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2013.

MENEZES M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Presidência da República. Coleção juventude. Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.

NOVAES, R. R.; RIBEIRO, E. **Livro das Juventudes Sul-americanas.** IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, 2010.

PENTEADO, F. P.; ALMEIDA, Ivana Cristina Lima de. **As políticas públicas brasileiras pós-1995 para a Formação profissional do jovem.** XI Congresso Nacional de Educação. II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2013.

PERES, T. H. de A. **Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais.** Civitas - Revista de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Vol. 5, n. 1, janeiro-junho, pp. 109-126. Porto Alegre 2005.

PEREZ, O. C.; LUZ, L. C. X. **Retrocessos na política para as juventudes na esfera federal e no município de Teresina**. Revista Humanidades e Inovação. Volume 6, nº17. 2019. Acesso em, 08 de novembro de Disponível em, https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1747

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18°. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.